



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

SANEANDO A URBES CARIOCA. UMA ANÁLISE DAS REFORMAS URBANAS E TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS AO TEMPO. QUANDO LITERATURA E HISTÓRIA SE ENCONTRAM.

LEONARDO SOARES DOS SANTOS (UFRJ) - leossga@gmail.com

Historiador, Pós-doutorando do IPPUR/UFRJ

Introdução

O peso e a influência do universo rural sobre a cidade do Rio de Janeiro foi historicamente considerável. Tão significativo para a sua conformação social e econômica ao longo do tempo que ainda hoje é possível testificar sobre boa parte desse legado. A toponímica de várias localidades nos fornece um rico acervo. A força do rural se apresenta tanto em localidades cujos nomes fazem referência a aspectos eminentemente rurais: Campo Grande, Campinho, Rocinha, Laranjeiras, Mangueira, Caju, Morro dos Cabritos, Curral Falso, Anil, Bananal, Dendê, Pitangueiras, Caroba, Morro do Salgueiro; como nas denominações que fazem alusão às grandes propriedades (fazendas) da qual se originaram – e que são mais recorrentes quanto mais nos aproximamos da Zona Oeste: Jardim Piaí (Sepetiba), Cantagalo (Campo Grande), Caxamorra (Guaratiba), Realengo, Engenho Novo, Engenho da Rainha, Engenho de Dentro, Fazenda Botafogo, Vale do Curtume, Fazenda Coqueiro, Serra do Lameirão, Fazenda da Bica, Campo do Peixoto, Campo do Engenho de Fora, Serra do Viegas. E não esqueçamos o fato de que a hoje Tijuca fora por quase três séculos chamada de Engenho Velho. Por outro lado, encontramos alusões diretas aos próprios grandes proprietários – eis os casos de (Lourenço) Madureira, Leblon (de Charles Le Blond), Meiér (de Augusto Duque Estrada Meyer), (Barão da) Taquara, Botafogo (apelido do fazendeiro João Pereira de Sousa, já que fora chefe de artilharia do galeão de mesmo nome), Vitor Dumas e talvez o mais curioso exemplo: a Praça Seca, que seria uma corruptela de Visconde de Asseca, cujas terras iam ao que hoje conhecemos como Barra da Tijuca.

Ainda poderíamos citar alguns logradouros cujos nomes não mais existem, casos de Mata-Porcos (Estácio) e Mata-Cavalos (Riachuelo), mas que foram imortalizados por alguns romances de Machado de Assis, que por diversas vezes os utilizou para ambientar as trajetórias de seus Bentinhos, Conselheiros Acácios, Brás Cubas...¹

Os nomes, como todos sabemos, têm uma história. E isso por dois motivos. O nome tem uma história, já que possui uma origem, uma data de nascimento. Mas ele também a tem porque foi criado numa época determinada, numa conjuntura precisa. E no caso de uma toponímica, o nome pode indicar elementos preciosos do contexto histórico no qual ela foi gerada. E tantos nomes referentes a elementos de uma dinâmica rural demonstram o quanto o conjunto das experiências sociais da cidade era atravessado por aspectos do universo agrário.

Assim sendo, levando-se em consideração o quanto esse “passado” rural foi tão presente na história da cidade do Rio de Janeiro, cabe indagarmos um pouco sobre o contexto em que esse mesmo passado passou a ser visto com desconfiança, como algo inadequado à dinâmica da cidade, como anti-urbano, como um elemento perigoso mesmo à

salubridade e bem-estar de sua população. A nossa atenção passa a se voltar agora – embora não exclusivamente – ao período que abarca a virada do século XIX para o XX, em especial, os decisivos anos da administração Pereira Passos à frente da Municipalidade carioca.

Uma questão de higiene...

A questão de se saber como os usos rurais passam a ser entendidos como impróprios ao espaço urbano, seja pelas autoridades encarregadas da administração da cidade seja pelas pessoas do “povo”, parece estar implicada num processo cujas raízes extrapolam em muito o período da administração do prefeito Francisco Pereira Passos; e tem a ver com a consolidação de um saber médico que possui como um de seus eixos de articulação a formulação e imposição de medidas de higiene e salubridade ao processo de vida cotidiana da população carioca. Entretanto, é importante que dediquemos algum espaço a esse assunto, mesmo que em linhas gerais. Até porque, conforme veremos a seguir, alguns de seus aspectos sofrerão algumas modificações no contexto das reformas urbanas da virada do século XIX para o XX.

Em interessante estudo sobre a evolução das práticas funerárias na cidade do Rio de Janeiro ao longo do século XIX, Cláudia Rodrigues observa que não foi simplesmente a eclosão da febre amarela a partir de 1850 que levou a população a temer a “presença” dos mortos no interior das cidades, ou dizendo de outro modo, imputar como anti-higiênico ou perigoso os resultados de práticas e ritos funerários antes tidos como aceitáveis - como o forte odor advindo de cadáveres sepultados no interior de igrejas. Na verdade, a epidemia de febre amarela serviu como elemento catalisador de um processo que vinha tomando corpo desde a primeira metade daquele século, e que pode ser identificado através dos seguintes fatores: a) o desenvolvimento, a partir da década de 1830, de um saber médico que, empenhado na prevenção de doenças, recomendava a implantação de medidas higiênicas rigorosas para os mais variados espaços da cidade, apontando, dentre elas, a necessidade de transferir as sepulturas para longe dos limites da cidade; b) a presença de uma imprensa, inexistente até 1808, mas cada vez mais atuante na disseminação de informações, antes inacessíveis ao grande público, viabilizando a formação de opiniões mais homogêneas, como as relativas às discussões médicas sobre os efeitos dos sepultamentos no interior do espaço urbano; c) a emergência do poder público, que se empenhava na adoção de medidas de salubridade, de modo a empreender seu projeto de urbanização (RODRIGUES, 1997, p. 53). Enfim, como resume a autora: a febre amarela “foi, ao mesmo tempo, causa e estímulo para a implementação das concepções médicas que, até então, no que se referia à separação entre vivos e mortos, não haviam sido efetivamente postas em

prática”.

As concepções médicas implantadas expressam, por si, a própria institucionalização do saber médico, como saber científico, capaz de formular conceitos e discursos autorizados e legítimos, e que exatamente por isso pode ser encarado agora como apoio científico indispensável ao exercício do poder do Estado. Imbuído deste papel, o saber médico irá incorporar o urbano como objeto de reflexão da prática médica, até porque seu alvo se desloca da doença para a saúde: não bastava mais agir sobre a doença, o que importava agora era impedir o seu aparecimento, atuando no nível das suas causas, daí a ação sobre os componentes naturais, urbanísticos e institucionais, de modo preventivo. O planejamento urbano começa a ser delineado em função de preocupações higiênicas:

O espaço urbano passou a ser esquadrinhado, a medicina passou a projetar e a executar a construção de espaços específicos que tinham por finalidade um caráter social. Instituições como hospitais, cemitérios, prisões e hospícios, vistos como frutos do crescimento das cidades e, portanto, indispensáveis ao seu funcionamento, serviam, segundo os médicos, de focos de doenças, representando um perigo para o todo urbano. Não podiam e nem deviam ser abolidas, devendo, porém ser expulsas do centro da cidade, já que suas localizações não obedeciam aos critérios de salubridade.

(...)

“Em seus trabalhos, os aspectos urbanísticos, como as habitações coletivas, a ‘imundície’ das ruas, a falta de higiene nos matadouros, açougues, armazéns, hospitais, fábricas, prisões, igrejas e cemitérios eram alvo de suas críticas (ibidem, p. 58).

Conforme vão se expandindo o controle e a vigilância dos poderes públicos sobre a sociedade, maior se torna também a influência do saber médico sobre a vida das pessoas. No intuito de debelar as causas da febre amarela ela irá desenvolver uma série de mecanismos de vigilância auditiva e olfativa, que implicarão em restrições aos ritos fúnebres: os sons e aparatos dos rituais, por exemplo, serão vistos como elementos que potencializavam o contágio, na medida em que o “abatimento moral e o medo predispuham o indivíduo a receber o contágio” (ibidem, p. 61).

Porém, conforme assinala Cláudia Rodrigues, a influência do saber médico seria impensável sem a consolidação da imprensa, a qual era na prática uma grande difusora de seus conceitos e valores, os quais conformavam atitudes, referências e experiências do cotidiano.²

O resultado é que a difusão cada vez maior de princípios e teorias do saber médico entre a população fará com que o discurso e as imagens conferidas a própria cidade sejam cada vez mais impregnadas deste mesmo saber médico. O saber legítimo e autorizado - pelo fato de que assim era reconhecido - de médicos e higienistas é que dava o tom das representações da cidade do Rio de Janeiro, mesmo quando ele era enunciado por pessoas que nada tinham a ver com a área médica, como jornalistas, literatos, profissionais liberais de uma maneira geral, “senhoras do lar” etc. Os testemunhos da imprensa carioca são inequívocos. É interessante observar como a questão das condições de higiene parece

quase monopolizar os debates sobre a cidade.

O editorial da *Revista Illustrada*, de 1891, é um ótimo exemplo. Nele, o órgão elogiava a iniciativa do Dr. Galdino, um “lente” da Escola Politécnica, que tinha acabado de concluir um “projecto de melhoramento e embelezamento” da cidade, que naquele momento exigia, segundo a revista, “melhoramentos imprescindíveis não só pela sua posição topográfica como também pelas suas condições hygienicas”.³ Mais tarde tal projeto seria encaminhado para ser discutido na Intendência Municipal - como então era chamada a sede do legislativo local. Embora seja uma questão que pareça preocupar a todos, estamos longe de ter aqui um quadro dominado por consensos, como se nele não houvesse disputas. O contexto de debates sobre o saneamento da cidade é bastante heterogêneo. Não há ainda fórmulas prontas, pareceres inquestionáveis acerca da insalubridade da cidade. Suas causas, sua natureza, seus efeitos, seus culpados, as conseqüências, suas maiores vítimas etc, ainda são muito imprecisas. O consenso que se visa impor não é mais do que uma pretensão, num quadro de tantas incertezas e lacunas (CHALHOUN, 1996). O texto da matéria da *Revista Illustrada* é bem ilustrativo dos conflitos que o assunto era capaz de gerar, neste caso, entre os membros do legislativo carioca:

Auctoridades na matéria já se pronunciaram pro e contra. O saneamento é prejudicial, dizem uns; o saneamento não é prejudicial à saúde pública, dizem outros. E a intendência que aceitou o projecto está, pois, entre a cruz e a caldeirinha.

Por nossa vez também bradamos aos esculápios das duas facções:

- Vamos, meus senhores; se o actual projecto é nocivo, porque não apresentar outro em melhores condições scientificas? Se o actual projecto é bom, porque não aceitá-lo, independente de despeito? O caso é que não podemos continuar a viver entre tão porca e pestilenta capital.

Note-se que dentre as causas das péssimas condições de higiene da capital, em particular o “fedor nauseante” que tomava conta do seu perímetro urbano, constava as “condições climatéricas”.⁴ Mas muitas outras eram listadas. Num artigo intitulado “Capital Fedorenta”, a *Revista Illustrada* fazia ver que nem só de questões técnicas era composto o assunto do saneamento da cidade. Vejamos o caso das suas “mal calçadas” ruas:

Isto é realmente desanimador e immoral. De um lado o governo fechando os olhos às epidemias que dizimam a população e à dignidade governamental, e de outro a celeberrima empresa de limpeza publica bem apadrinhada, fugindo em absoluto ao cumprimento do contracto, concorrendo, d'est'arte, em beneficio do nosso péssimo, desesperador estado sanitário. Aonde iremos parar? Pois será crível que não haja mais n'este paiz a noção de moralidade? Será crível que o Sr. Lucena, de braço dado ao Sr. Araripe e ao não menos Sr. José Felix, ainda queiram mais aumentar a agonia da população que - e quem suporia tal ! - já está lutando até com a miséria? Pudentíssimo estado de cousas!!

Mas é preciso que se reconheça também que com o passar do tempo algumas idéias e opiniões foram se consolidando como elementos explicativos da situação da cidade. Nos anos finais da década de 1890 já não parecia haver dúvidas - era quase um consenso... - que a principal chaga da capital da república era a epidemia de febre amarela. A causa principal: a falta de saneamento da capital. Em vista disso, a opinião pública carioca é diariamente confrontada com uma avalanche de reclamos e clamores de literatos,

intelectuais, engenheiros etc., contra o “estado deplorável” da cidade. Olavo Bilac, talvez tenha sido o que com mais contundência escreveu sobre o assunto antes das reformas de Pereira Passos, chegando ao ponto de praticamente profetizar, tamanho era o seu desejo pelas tão “sonhadas” reformas, o que aconteceria entre os anos de 1903 e 1906, ou mais correto seria dizer até o início da década de 1920, com as reformas implementadas pelo governo Carlos Sampaio. Na crônica intitulada “Cidade de mesentéricos”, de 1899, o mais tarde “príncipe dos poetas” com certa agonia clamava: “Ah! Quem poderá viver bastante para te ver saneada, ó cidade do Rio de Janeiro? A gente, desde que se entende, ouve dizer que o Brasil só não está hoje inteiramente povoado por causa do flagelo periódico da febre-amarela. Sabem isto os governos, sabe isto o povo”. Com isto ele talvez quisesse dizer que o conhecimento produzido pelo saber médico já estava devidamente difundido e assimilado - pelo menos assim pensava Bilac -, porém, a situação exigia medidas mais concretas; todo o conhecimento até então acumulado tinha que ser agora posto em prática, por meio de ações mais eficazes, até porque, “todos os médicos que há sessenta anos saem das nossas faculdades, dizem e escrevem que a causa da febre amarela é a falta de saneamento das cidades”. E acrescenta o já impaciente escritor com tanta falta de ação: “Torres Homem, Ferreira de Abreu, todos os grandes clínicos do Brasil se têm esbofado em pedir o saneamento - declarando terminantemente que ele é o único meio de combater e aniquilar a pirexia assassina”. A cidade já não precisava mais de teses, análises ou fórmulas, e sim de “redes aperfeiçoadas de esgotos, drenagens do solo e abastecimento d’água”. Entretanto uma luz de esperança (leia-se liberação de verbas municipais) ameaçava reluzir em meio a um cenário tão pestilento e mal-cheiroso, que mais parecia com de uma cidade africana. É o próprio autor que diz: “Agora, parece que o Sr. Prefeito resolveu *meter uma lança em África*, pedindo ao conselho que o autorize a abrir largamente os cofres do município em favor da idéia”. Contudo, é com base na própria argumentação dos homens da literatura carioca que podemos ver que a febre amarela não era a única questão que preocupava as elites econômicas, políticas e “intelectuais” da cidade.

*Não te zangues com a franqueza deste pobre filho! Quando um carioca volta da Europa, e piza (sic) de novo o teu calçamento remendado, e mira de novo os teus prédios sujos e a tua gente em mangas de camisa e de pés no chão, a revolta não é grande.*⁵

E é nesse contexto que, conforme atesta a historiadora Eneida Queiroz, que os capinzais (e até mesmo as hortas) cultivados dentro da capital, na passagem do século XIX para o XX, passam a ser encarados pela Saúde Pública como focos dos temidos miasmas e, posteriormente, criadouros dos mosquitos (QUEIROZ, 2008, p. 23).

Algo mais incomodava. E não era apenas o mosquito da febre amarela ou a falta de higiene. Havia grupos sociais tão ou mais indesejáveis, além de igualmente perigosos. Como bem lembra Alline Torres Cruz (2007, pp. 11-2), a imposição de uma urbanidade a

partir do período republicano sempre esteve intimamente ligado ao esforço em expulsar da área central da cidade as práticas rurais e culturais africanas, que freqüentemente eram vistas como faces da mesma moeda, que tinham como elemento em comum o fato de ambas serem uma ameaça à saúde (física e moral) da população da cidade. Imagens que eram reforçadas tanto por higienistas, literatos, autoridades políticas e pessoas de diversos segmentos da sociedade carioca. Veja-se o que a *Revista Kosmos* escrevia em junho de 1905, a respeito das últimas ações das reformas urbanas dirigidas por Passos:

Na faina febril das reconstruções, na actividade nervosa dos alargamentos, nos novos niveis, da grande reforma, enfim, para a oxigenação da cidade e para a transferencia de seu aspecto, o alvião do município acaba de alcançar e derruir, entre outras, uma pequena casa térrea, baixa, de, apenas, duas portas, alli para os lados tristes do Bom Jesus, no extremo remoto e esconso dessa rua Uruguayana, onde se extinguem os últimos armazéns de cereais e os grandes açougues da parte central da cidade e onde começam as quitandas, os gallinheiros, as carvoarias, os postíbulos baratos e as baiucas dos herbanários minas e mandingueiros dos fins das ruas S. Pedro, General Câmara e Alfandega (DEL BRENNNA, 1985, p. 16).

Mas quais são os motivos que podem explicar a associação entre insalubridade das práticas rurais com as práticas culturais africanas?

É interessante observar que o combate contra as práticas da população negra no centro da cidade ganha em intensidade bem antes da repressão aos usos rurais. Sidney Chalhoub demonstra em *Cidade Febril* que a classe política dominante do país já começa a elaborar estratégias de dominação sobre as classes populares, especialmente os negros, desde a década de 1850, como que se preparando à oficialização do fim do instituto da escravidão. É daí, por exemplo, que surge com força o conceito de “classes perigosas” (CHALHOUB, 1996, p. 23).

Essas mudanças parecem guardar seu fundamento no seguinte aspecto: com a escravidão, a relação do escravo com o senhor era sempre considerada como uma relação de sujeição e dependência pessoal. Como lembra Chalhoub “tal concepção de dominação tinha necessariamente como um de seus elementos a proximidade espacial do trabalhador em relação a seu proprietário”. Por isso, no contexto de tal sistema de dominação era muito útil, para não dizer necessário, que o escravo morasse perto do senhor (ibidem, p. 27). Portanto não se constituía em nenhum paradoxo o fato das camadas populares morarem ali coladas com as famílias da aristocracia da cidade. Entretanto, com a corrosão do sistema de dominação paternalista que vigia durante a escravidão alguns ajustes se fizeram necessários. A dominação sobre os trabalhadores não podia se dar de forma tão direta. Uma série de dispositivos legais foram sendo aperfeiçoados pelos aparelhos policiais e de justiça. Normas e restrições eram amparadas pelos “diagnósticos” de médicos-higienistas. E acima de tudo, uma nova relação entre Estado e sociedade era redefinida (a punição aos trabalhadores passa a ser uma atribuição exclusivamente sua, da esfera legal). As novas estratégias de dominação e repressão tinham como pressuposto a não mais permanência

do escravo junto ao senhor. Tudo isso contribui para demonstrar que a relação de proximidade entre escravos e senhores – vistos agora como “trabalhadores” e “elite” respectivamente –, antes aceitável e desejável, passasse a ser desnecessária, anti-higiênica e perigosa. Jurandir Freire Costa, analisando as mudanças de percepção sobre o escravo no que toca a questão de sua inserção junto à família branca, tece importantes comentários:

A felicidade física e racial, a riqueza econômica e espiritual, prometidas pela higiene à família branca não podiam estender-se ao escravo. Ele deveria continuar na posição em que sempre estivera. No entanto, sua função tinha que ser transformada. Cúmplice no funcionamento da casa antiga, deveria tornar-se agente de mudança familiar. (...) Os médicos (...) então, (...) inverteram o valor do escravo. De ‘animal’ útil ao patrimônio e à propriedade, ele tornou-se ‘animal’ nocivo à saúde. Seu lugar disciplinar foi, deste modo, garantido.

(...) os escravos em geral, homens e mulheres, foram manipulados de modo a criar na família repulsa a sua própria casa que, de lugar de abrigo e proteção, tornou-se, com a higiene, local de medo e suspeição.

Essa versão médico-política do escravo coincidia com o movimento econômico que tendia a suprimir a cena social. Com efeito, o hábito de ter escravos no serviço doméstico foi sendo dificultado pelas mudanças econômicas e culturais por que passava o Brasil. Desde a extinção do tráfico negreiro, os escravos tornaram-se mais caros e mais difíceis de obter. A família adaptava-se mal a esta situação (...). A higiene, apontando o escravo como um mal, reforçava a ordem econômica, ensinando a família a prescindir dele. Transformando a necessidade em virtude, os médicos tornavam o inevitável, desejado (BENCHIMOL, 1988, p. 121).

Ao que parece não era só a inserção do escravo na família a sofrer reavaliações, mas a sua própria inserção na cidade. E uma das formas para se legitimar a sua expulsão dela – apenas como indivíduo capaz de habitá-la, mas não como mão-de-obra – seria associá-lo ao anti-higiênico, às fontes de moléstias, ao risco de contágio. Ou seja, o próprio negro, sua forma de habitação, suas formas de sociabilidade, sua religiosidade e demais expressões culturais eram fatores que agravariam a insalubridade da cidade, pondo em risco a vida das famílias das “pessoas de bem”.

Importa frisar que o perigo de contágio proporcionado pelos negros não se dava apenas no plano da saúde física. O risco de contágio era também moral: políticos, higienistas e, mais tarde literatos e jornalistas, enfatizavam o caráter indolente, os hábitos de não-trabalho, os vícios, “próprio de sua natureza”, que podiam corromper quem com eles convivesse. Era um motivo a mais para que não fosse visto com bons olhos a presença do “elemento africano” no coração do Rio. Não podemos descartar por agora a possibilidade das elites dominantes enxergarem na extinção dos usos rurais na cidade uma forma de dificultar a permanência de grupos de descendência africana no centro da cidade, haja visto que alguns encontravam nessas atividades uma fonte de complementação de sua alimentação e até um forma de se inserir no mercado ambulante (outro segmento duramente reprimido pelo governo Pereira Passos) com a venda de aves, porcos e ovos.

Mas isso, apesar de crucial na vida de ampla parcela da população da cidade, não é suficiente para explicar o porquê da decisão em se expulsar as práticas rurais da cidade. As alegações sobre os riscos de infecção que elas acarretavam é um bom argumento. Mas ele

já era de conhecimento público desde meados do século XIX. Na verdade a pergunta deve ser outra: por que foi o governo de Pereira Passos aquele que decidiu reprimir de maneira mais contundente o desenvolvimento de práticas rurais no espaço da cidade.

Isso talvez nos leve ao encontro de alguns dos princípios que informaram as grandes reformas urbanísticas levadas a efeito por aquele prefeito. Como aponta Maurício de Abreu, a modernização urbana idealizada por Passos visava resolver as contradições que a cidade apresentava. Era imperativo modernizar o porto de modo a facilitar o processo de importação/exportação (obra que na verdade ficou a cargo do governo federal). Era preciso também criar uma nova capital, “um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café do mundo, que expressasse os valores e os *modi vivendi* cosmopolitas e modernas das elites econômica e política nacionais” (ABREU, 1988, p. 60). Diante de tal perspectiva o rápido crescimento da cidade, o rápido desenvolvimento de um novo e elitista meio de transporte de massa (o bonde elétrico) e a importância cada vez maior da cidade no contexto internacional não poderiam aceitar que ainda existisse na área central da cidade habitações de características coloniais, com ruas estreitas e sombrias, e onde se misturavam as sedes dos poderes político e econômico com carroças, animais e cortiços. Aquelas não condiziam também com a ausência de obras suntuosas (jardins, teatros, bibliotecas, museus etc).

Contudo é preciso situar as reformas de Pereira Passos num quadro local de relações de força. Conforme destaca Maria Alice de Carvalho, o tipo de remodelação urbana foi “a expressão material do desfecho de um longo processo de seleção política da classe senhorial, em curso desde a campanha abolicionista, e a evidência de uma determinada correlação de forças em que se tornava possível golpear, num só movimento, o domínio das velhas elites escravocratas fluminenses – identificadas, já então, com o passado – e as tendências mais radicais do republicanismo” (CARVALHO, 1994, p. 35). Junto a isso era preciso desfazer a expressão urbana do arranjo político que era mantido desde o Império: neste a mistura de classes e grupos era aceitável e condizente com o sistema. A irrupção da República, o reordenamento do jogo político e a complexificação social da cidade, tornava inconcebíveis o ordenamento e o tipo de funcionamento da cidade herdados do Império. Eles passam a ser visto como uma “aberração temporal, incompatível com os novos tempos” (ibidem, pp. 82-3). Era preciso modificar o antigo repertório simbólico da cidade “colonial”, de modo a ajustá-lo a novos sistemas de dominação e sujeição do trabalho e dos grupos populares que irrompiam com o “novo regime”. O que a administração de Pereira Passos e seus partidários visam consolidar com as reformas urbanas, segundo entende Nicolau Sevcencko, é uma nova imagem da cidade que, signifique uma nova imagem da nação e das novas elites (a burguesia industrial e a tecnocracia instalada nos aparelhos do

Estado).⁶ Estas – observa atentamente o autor - tinham a cidade como um lugar estratégico para seu projeto político e social, e necessitavam criar simbolicamente novos mecanismos de representação e distinção social. Nesse sentido, a produção de imagens ou representações atua aqui como mecanismos claros de imposição de uma determinada relação de poder e domínio.⁷ Daí que a administração municipal sempre busque classificar suas intervenções como sendo de “Embelezamento” – termo sempre presente nos documentos, projetos e mensagens do Prefeito. Embelezar é diferenciar a cidade (da gente elegante, que frequenta cafés e livrarias, que cultua concertos de música clássica) da área “de fora” (da gente que comumente anda “em mangas de camisa”, que vive a berrar, que frequenta “biroskas” e “kiosques”, propensa a batuques). É torná-la apta para que nesta e por esta área se possam produzir significados e expectativas - por meio de práticas, símbolos, instituições, etc. - compatíveis com o que se espera da classe cuja própria imagem é indissociável do centro da cidade (ELIAS, 2000).

Em “Binóculo”, crônica de 1915, Lima Barreto pintava assim tal quadro:

Ontem, domingo, o calor e a mania ambulatória não me permitiram ficar em casa. Saí e vim aos lugares em que um ‘homem das multidões’ pode andar aos domingos.

Julgava que essa história de piqueniques não fosse mais binocular; o meu engano, orem, ficou demonstrado.

No Largo da Carioca havia dois ou três bondes especiais e damas e cavalheiros, das mais chics rodas, esvoaçavam pela Galeria Cruzeiro, à espera da hora.

Elas, as damas, vinham todas vestidas com as mais custosas confecções ali do Ferreira, do Palais, ou do nobre Ramalho Ortigão, do Parc, e ensaiavam sorrisos como se fossem para Versalhes nos bons tempos da realeza francesa.

Eu pensei que uma pasmosa riqueza tinha abatido sobre o Ameno Resendá ou sobre a ‘Corbeille des Fleurs’ do nosso camarada Lourenço Cunha; mas estudei melhor as fisionomias e recebi a confirmação de que se tratava de damas binoculares, que iam a uma festa hípica, ou quer que seja, no Jardim Botânico. (BARRETO, 2004, p. 146)

E nessa imagem aristocrática que se buscava impor à cidade, o rural como “recordação colonial” não tinha mais razão de ali existir. Ainda mais que ela era desvantajosamente contraposta à cultura de elite, que exerceria justamente um papel de grande importância na afirmação de grupos (elites agrárias e seus aliados) que se instalariam solidamente no topo da hierarquia sócio-econômica, que triunfariam sobre os desafios políticos radicais, por ocasião da subida ao poder de Campos Salles e o estabelecimento de sua política de estabilização do país. (NEEDELL, 1993)

Mas para que essa nova imagem ganhasse em eficácia e legitimidade, a imagem de uma outra cidade, a cidade pobre e negra, ameaçadora e que se visava suprimir – ao menos da área central – foi tão ou mais vigorosamente acionada, principalmente pela imprensa. De uma forma que a imagem da cidade moderna e elegante que então estava sendo gerada parecesse ser não apenas um objetivo ou ideal urbanístico, mas, bem a propósito, um remédio, a cura para uma doença tão grave e que já era hora de por um termo.

Comentando sobre o início das obras de reforma área central o jornal *A Avenida* mostra o quanto esses fatores (estética, higiene e condição social) estavam interligados:

*O Rio de Janeiro não podia continuar por mais tempo no estado deplorável em que se achava – ruas estreitas e mal calçadas, casebres de mais de 100 anos, sem estética e sem asseio, em verdadeiro estado de ruína; caes de desembarque indecentes e sujos, dando ao estrangeiro que nos visitava a mais degradante impressão; praças sem arvoredo e sem luz, verdadeiros antros de vagabundagem...*⁸

Um pouco antes, em fins de 1903, quando mal as picaretas começavam a arrebentar os primeiros casarões no centro, Olavo Bilac assim comentava a abordagem da imprensa sobre o “último drama do malfadado bairro da Saúde”. Dizia-se surpreso com o espanto por ela demonstrado com o modo de viver de

(...) dous vagabundos da mais triste espécie, morando numa forma em que decentemente só poderiam morar cachorros ou báculos, e alimentando-se com cousas innomináveis, como verdadeiros animaes inferiores (...) como se fosse uma inesperada surpresa a revelação dessa miséria. (...) E é interessante (para não dizer revoltante) que só nos mostremos impressionados pelos aspectos da nossa vida essencialmente urbana, e preocupados com o saneamento do centro da cidade, quando o grande mal, o mal terrível, o mal hediondo estão nessas furnas, nessas bibocas, nessas betesgas immundas da nossa White chapel, onde ninguém sabe ler, e onde ninguém toma banho (...). (BILAC, 1903)

A associação entre mau gosto, falta de higiene, criminalidade e mesmo feiúra era algo recorrente nos registros da imprensa da época. O *Jornal do Comércio*, no início de 1904, dava destaque sobre um dos “efeitos sociais” das obras da administração Passos – a destruição de habitações das classes operárias e a conseqüente transferência dessas pessoas para “aglomerações humanas onde vivem na mais revoltante promiscuidade”. Assim o jornal caracterizava essas “aglomerações”:

*Essas casas são verdadeiras pocilgas de miséria; ahi imperam o desasseio, o esquecimento ou peor ainda, o desprezo da dignidade humana, do respeito da família, pólos de moléstias transmissíveis que dahi se irradiam contaminando as habitações próximas e as vezes toda a zona situada na vizinhança. Taes habitações exigem, portanto, a vigilância continua das autoridades sanitárias que só pode ser exercida de dia sendo-lhes vedada a visita nocturna que seria de grande utilidade, em benefício da saúde pública.*⁹

Restringindo usos e gostos na urbes

A grande questão relativa aos usos e práticas rurais no período de 1890 a 1910 não é o de se definir um lugar para que ele possa se desenvolver livremente. A questão aqui colocada pode ser resumida na seguinte afirmativa: o que importa é definir, inclusive em termos legais, que o centro não é seu lugar. Ele é o lugar da gente civilizada, de práticas e hábitos modernos. É o lugar da cultura, ou melhor, da alta cultura, conforme procura evidenciar as grandes reformas de Pereira Passos no âmbito da Avenida Central.

Os usos rurais nesse momento são deslocados, junto com as classes populares, para os subúrbios. Quando muito, cercado por uma série de restrições, ser-lhes-ia permitido se manter nos arrabaldes. Uma carta aberta dirigida ao então recém-empossado prefeito

Pereira Passos deixa entrever o quanto essa concepção estava se consolidando entre os personagens da época:

*A arborização da cidade é o terceiro ponto da capital para a grande reforma do velho Rio de Janeiro. Comece V.Ex. por exigir dos proprietários de terrenos lenheiros com as nossas florestas a obrigação de conservar a vegetação das montanhas e seus contrafortes, hoje pouco a pouco substituída por proveitosos capinzaes e opolentos milharaes. A pequena lavoura tem a sua zona apropriada nos subúrbios, e a ella deve estar limitada. A zona urbana só com perigo da saúde pública pode ser transformada em zona agrícola. Salvo os pomares, nenhuma outra indústria dessa natureza deverá ser permittida do Engenho Novo para baixo.*¹⁰

Ainda não existe de forma clara uma preocupação em se delimitar um lugar específico para o rural. O objetivo naquele momento era afirmar de maneira equívoca – por meio dos códigos de posturas e de suas interdições, das grandes construções como o Museu de Bellas Artes, Biblioteca Nacional, Teatro Municipal, Palácio Monroe, as fachadas em estilo eclético, dos concertos de ópera no municipal, dos Cafés, do Chá das 17:00 na Garnier ou na Colombo, do trânsito ininterrupto de “gente elegante” pela Avenida Central, as senhoras com seus vestidos da marca Madame Estoueight, Guimarães, Dreifus, Dumorthout; com suas perucas e penteados inspirados em Schmidt, Chesnou e Doré; com seus “luveiros elegantes como o Cavanelas e o Formosinho”; os homens com suas casacas “que mandavam cortar no Vale, Brandão ou Almeida Rabelo; cartolas de Paris que iam comprar à chapelaria Watson, na Rua do Ouvidor; botinas e sapatos do Cadete e do Incroyable” – que o centro de agora em diante deveria ser o lugar da elite e sua “alta cultura”. Emblemas, signos, sinais, hábitos e leis que visam fazer ver que o centro não é o lugar de qualquer um. Paralelamente ele é o lugar por excelência de determinadas práticas. Práticas pelas quais se possa reconhecer que quem o pratica compartilha da “euforia gratificante que acompanha a consciência de pertencer a um grupo de valor superior” ou “humanamente superior” (ELIAS, 2000, p. 21). O diálogo elaborado por João do Rio na crônica “O chá e as visitas” dá bem a dimensão dos hábitos urbanos que serviam de suporte à identidade forjada por essa elite:

- Em que occupará a minha amiga o seu dia de hoje?

- A massagista, às 9 horas, seguida de um banho tépido com essência de jasmim. Aula practica de ingléz às 10. All right! Almoço à ingleza. Muito chá. Toilette. Costureiro. Visita a Fulana. Dia de Cicrana. Chá de Beltrana. Conferencia literária. Chá na Cavé. Casa. Toilette para o jantar. Theatro. Recepção seguida de baile na casa do general...

Robert Pechman e Walcler de L. Júnior (2005, p. 37), inspirados em Jeffrey Needell, assinalam oportunamente que a situação vivenciada pela elite carioca na virada do século guarda importantes semelhanças com a Corte francesa dos séculos XVII e XVIII, especialmente o fato de que, tanto num como noutro caso, “viver no luxo e no gozo, mais que um prazer, era uma espécie de obrigação que servia à estruturação das relações desse grupo e, em consequência, à hierarquia social”. Neste contexto de disputas e de tentativa de

afirmar uma determinada visão de mundo, as casas de chá, as confeitarias, os cafés (o Paris, a Deroche, o Provence, a Colombo, a Menères), os *clubs*, os cassinos, os teatros e temporadas líricas (onde as elegantes exibiam seus vestidos de surá, *faille*, chamalote, tafetá e os elegantes, por sua vez, portavam suas cartolas, polainas e bengalas), os momentos vividos nos *smokings rooms*, nas mesas de *poker*, tinham um papel importantíssimo na reafirmação de fronteiras e na estruturação de hierarquias sociais.

Como bem diz Stella Bresciani, “as classes dominantes fundam seu poder sobre a cidade a partir da intervenção no espaço, no sentido de coibir ‘usos e abusos’ e principalmente, fundam seu poder por meio de representações que legitimam o que são os bons usos e o que seriam os abusos, todos estes nascidos nos ‘mauvais lieux’” (BRESCIANI, 1993. p. 32). Agindo assim as elites consolidavam o seu domínio sobre a cidade determinando a leitura legítima e a única possível sobre ela.

Portanto, para aqueles que promoveram, apoiaram e incentivaram as reformas de Pereira Passos, ou seja, que aderiram à celebração do momentâneo triunfo das elites agrárias sobre o radicalismo das camadas médias urbanas, personificadas na figura dos jacobinos, o centro da cidade não podia ser o lugar, como dizia Bilac, de “calçamento remendado (...) prédios sujos e (...) gente de mangas de camisa e de pés no chão” (apud DEL BRENNNA, 1985, p. 16); ou como diria Coelho Netto, não era lugar para homens iguais aos que ele via no porto do Rio, aqueles “taneiros besuntados, com aventaes de couro, (...) os embarcadiços, de blusa ou em mangas de camisa, os braços robustos avegoados de veias túrgidas, tanados, a pelle franzida em rugas, (...) mulheres esmolambadas, crianças maltrapilhas farejando às portas, negros agigantados, o busto nu, retinto, reluzindo ao suor, rinchavelhando às guinadas com os bíceps entumescidos em ampollas de força” (NETTO, 1908, pp. 177-8); não, para esse literatos, porta-vozes das elites cariocas, o centro do Rio não podia mais abrigar, conforme assinalava João do Rio, “os botequins reles, as barbearias sujas, as tascas immundas, [que] gargolejavam gente, e essa gente era curiosa – trabalhadores em mangas de camisa, carroceiros, carregadores, fumando ‘mata-ratos’ infectos, cuspinhando cachaça em altos berros, num calão de imprevisto, e rapazes, mulatos, brancos, de grandes calças a balão, chapéu ao alto, a se arrastarem bamboleando o passo, ou em tabernas barulhentas.” (RIO, 1909, p. 35)

Olavo Bilac chega a defender as reformas urbanas pelo o que elas implicavam em termos pedagógicos, como instrumentos capazes de transmitir e incutir valores á população da cidade, principalmente o povo de “gente humilde”. A transmissão de noções de bom gosto e elegância seria um dos benefícios da Avenida Central:

É que o nosso o nosso povo – nascido e criado neste fecundo clima de calor e umidade, que tanto beneficia as plantas como os homens – tem uma inteligência nativa, exuberante, pronta, que é feita de sobressaltos e relâmpagos, e que apanha e fixa na confusão as idéias, como a placa sensibilizadora de uma maquina fotográfica apanha e fixa, ao clarão instantâneo de uma faísca de luz

oxídrica, todos os objetos mergulhados na penumbra de uma sala...

E, pela Avenida em fora, acotovelando outros grupos, fui pensando na revolução moral e intelectual que se vai operar na população, em virtude da reforma material da cidade.

A melhor educação é a que entra pelos olhos. Bastou que, deste solo coberto de baiúcas e taperas, surgissem alguns palácios, para que imediatamente nas almas mais incultas brotasse de súbito a fina flor do bom gosto: olhos, que só haviam contemplado até então betesgas, compreenderam logo o que é a arquitetura. Que não será quando da velha cidade colonial, estupidamente conservada até agora como um pesadelo do passado, apenas restar a lembrança. (BILAC, 2005, p.)¹¹

“O Rio de Janeiro civiliza-se!” – vaticinava um eufórico Figueiredo Pimentel, o colunista que fora o criador da crônica social no Rio, e ao fazê-lo tratou logo de compartilhar da concepção de Bilac sobre as reformas que a cidade necessitava. Reformas que deviam, fundamentalmente, implicar na “remodelação de tudo, do espaço urbano, das maneiras, dos hábitos, dos comportamentos, da maneira de trajar, da maneira mesma de se ver e encarar o mundo” (PECHMAN & LIMA JÚNIOR, 2005, p. 36).

A descrição feita por Coelho Neto dessa “zona da elegância”, a área cortada pela Avenida Central é reveladora. Nela tudo se opõe ao que se pode ver, sentir e cheirar em outras regiões da cidade, como nos bairros populares de Gamboa, Saúde ou mesmo no morro de Santo Antônio. Note-se que mesmo nesse cenário idílico nem tudo é perfeito, ou melhor, nem tudo se transcorre como essa elite esperava. Mesmo com tudo o que fora feito, a expulsão de pessoas indesejáveis e de suas manifestações culturais era quase impossível e por isso bastante lamentado:

A rua, com a longa columnada de palmeiras como a galeria de um templo hypostilo, era cruzada por passeiantes, gozando a frescura. Criados passavam recolhendo do serviço.

Nas sombras dos jardins chilrejavam crianças, vultos brancos, immoveis no aconchego dos caramanchões, pareciam dormir docemente. Em algumas casas illuminadas soavam pianos.

Segui vagarosamente em direcção à avenida. As palmeiras farfalhavam sem descontinuar. Bonds desfilavam cheios numa pressa de comboios. No limiar de uma porta, que abria sobre um tenebroso corredor, dois homens, em mangas de camisa, cantarolavam, sentados, de pernas estendidas. (NETTO, 1908, p. 99)

As imagens e expectativas que Passos e seus diversos partidários (na imprensa, na literatura etc) consolidariam em torno da imagem da cidade por meio da imposição de um modelo de civilização e modernidade - seja através da repressão (posturas municipais), seja através da criação de um consenso em torno dos significados, das maneiras e formas de inserção naquele espaço (etiqueta, moda, arquitetura, literatura) - impunham uma rejeição radical às práticas rurais no centro da Capital Federal. Posto que não convinham à imagem de uma cidade civilizada. Mas não pelo valor intrínseco do rural. O rural naquele contexto queria dizer muito mais, ele estava associado a práticas culturais e mesmo de subsistência de grupos os quais se desejava ver bem longe do centro do Rio. O rural, em boa medida, era expressão de outras formas possíveis de urbanidade, mas que não eram aceitas no modelo imposto pela elite carioca da Belle Époque. Naquele momento ele era visto como insalubre, mas talvez muito mais por estar associado às camadas populares, aos negros

principalmente, por serem estes portadores de práticas e formas de sociabilidade tidas como duplamente perigosas, tanto em termos de saúde quanto em termos social e moral. Além disso, o rural que se expressava no centro da cidade era expressão de um arranjo político que datava do Império, o qual tinha na cidade colonial a sua expressão urbana. E era exatamente isso que se desejava por abaixo. Do contrário a cidade continuaria mais parecendo um “povoado africano”, como diria Luiz Edmundo, do que com suas congêneres Buenos Aires e Paris.

Considerações finais

Até mais ou menos os meados da década de 1910, o interesse dos poderes públicos não era definir um lugar específico para os usos rurais. A preocupação primordial seria definir e impor a noção de que o centro da cidade não era e não deveria ser o seu lugar. Isto é, até esse momento os esforços pareciam estar direcionados para a definição do lugar onde eles não poderiam estar. Por tudo isso, o subúrbio enquanto conceito era quase que automaticamente associado a um espaço agrícola. Seria preciso a interferência de fatores materiais e ideológicos para que a necessidade de delimitação e desenvolvimento de uma zona rural fosse colocada como um problema para alguns agentes da época. O que ocorreria mais de uma década depois.

Mas até que esse tempo chegasse, era preciso “expulsar” o rural da zona urbana, da área inteiramente “civilizada” da cidade, por dois motivos, inteiramente interligados na conjuntura da virada do século XIX para o XX: o rural deveria ser expurgado da cidade, em primeiro lugar, porque trazia riscos à saúde, por ser insalubre, por ser focos de miasmas e epidemias que abalavam a saúde da sociedade que se visava preservar. O rural deveria ser removido do olhar da cidade modernizada, pois ele de maneira incômoda evidenciava a persistência de uma cidade colonial, antiga e tacanha, com seus arranjos patriarcais e escravistas, com segmentos negros da população vivendo da venda de cabras e galinhas, junto a segmentos de imigrados vendendo leite de vaca pelas ruas que a tanto custo se buscava afrancesar, um leite ordenhado diretamente de suas tetas junto às lojas que traziam diretamente da Europa as últimas novidades da moda, da etiqueta, do bem viver, do bom gosto moderno e europeu – branco, em suma. Um arranjo marcado pelo improvisado, pelo tumulto, que assentava sua ordem com base na desordem do cotidiano das ruas, da mistura de usos e abusos, nas práticas “promíscuas” e “desestabilizadoras” legadas pelo regime imperial. Um arranjo cuja dinâmica instável se personificou e foi personificado no próprio ordenamento da cidade e, fundamentalmente, no e pelo agir social de enorme parcela de sua população, na própria relação com o espaço da cidade. De modo que a experiência das tensões, conflitos e desequilíbrios foram sentidas também não apenas como um fenômeno social abstrato, mas de maneira palpável, visível, sob a forma de ruelas e becos repletos, de

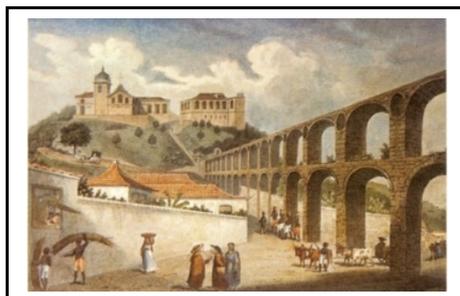
gente ganhando a vida de uma forma que fugia em muito dos parâmetros de um capitalismo moderno, racional e organizado; ocupando o espaço público com suas práticas, animais, gestos e comportamentos que frustravam os projetos das elites modernizantes da República. O cenário da capital carioca “reluzia em abafeira escura”, talvez assim sintetizasse Coelho Netto. Ou seja, a “desordem” daquele arranjo foi vivenciada enquanto problema estético (MARINS, 1998). Por isso, as obras de “embellezamento” encetadas por Passos são uma dimensão obrigatória desse esforço de saneamento da cidade, que é um esforço a um só tempo de sanear a cidade em seus aspectos social, higiênico, moral e estético.

Bibliografia

- ABREU, Maurício de. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Jorge Zahar, 1988.
- ANDRZEJEWSKI, Luciana Quintanilha. *Memória e moda: novas relações, significados e modos de distinção no Rio de Janeiro de Pereira Passos*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em História, UNIRIO, 2006.
- BARRETO, Lima. *Toda crônica*. RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Rachel. Rio de Janeiro: Agir, 2004.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1988.
- BILAC, Olavo. “Chronica”, *Gazeta de Notícias*, 06/12/1903.
- BILAC, Olavo. “Sebastianópolis”, In: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso. *Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão*. Rio de Janeiro: Index, 1985.
- BILAC, Olavo. *Melhores crônicas*. São Paulo: Global, 2005.
- BOSI, Antônio de Pádua. *Constituição do espaço urbano e conflito social: Uberabinha/MG (1888 a 1922)*. Niterói, Tese de Doutorado, História, UFF, 2002.
- BRESCIANI, Stella. “Imagens da Cidade. Séculos XIX e XX”, In: PECHMAN, Robert Moses. *Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular*. São Paulo: ANPUH/SP – Marco Zero; FAPESP, 1993.
- CARVALHO, Maria Alice de Rezende de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril. Cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CRUZ, Alline Torres Dias da. *Suburbanização e racismo no Rio de Janeiro: uma leitura de Madureira e Dona Clara no contexto pós-emancipação (1901-1920)*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, IPPUR/ UFRJ, 2007.
- DEL BRENNNA, Giovanna Rosso. *Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão*. Rio de Janeiro: Index, 1985.
- DIMAS, Antonio (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

- LIMA, Eli de Fátima Napoleão de. *História e Narrativa: Euclides da Cunha na Amazônia*. Seropédica, Tese de Doutorado em Desenvolvimento Agrícola, CPDA/ UFRRJ, 2002.
- MARINS, Paulo César Garcez. “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. República: da Belle Époque à Era Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MOREIRA, Regina da Luz. *Os cariocas estão mudando de cidade sem mudar de território: Augusto Malta e a construção da memória do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, História, UFRJ, 1996
- NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NETTO, Coelho. *Esphinge*. Porto: Livraria Chardron, 1908.
- PECHMAN, Robert M. & LIMA JÚNIOR, Walcler. “Flirts no footing da Avenida Central”, In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, nº 5, novembro 2005.
- PECORELLI, Maria Clara. *Crianças “Desvalidas”*: criminalidade e trabalho no Rio de Janeiro dos anos 20 e 30. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, História, UFRJ, 1997
- PEREIRA, Robson Mendonça. O municipalismo de Washington Luís em sua atuação em Batatais (1893-1900). *Aspectos da modernização urbana do interior paulista na república Velha*. Franca, Dissertação de Mestrado, História, Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP, 1998.
- QUEIROZ, Eneida Quadros. *Justiça Sanitária: Cidadãos e Judiciário nas reformas urbana e sanitária - Rio de Janeiro (1904 - 1914)*. Niterói, Mestrado em História, PPGH/UFF, 2008.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio. “Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil”, In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert Moses (orgs.). *Cidade, povo e nação*. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- RIO, João do. *Cinematographo (Crônicas cariocas)*. Porto: Livraria Chardron, 1909.
- RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos*. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.
- SCHORSKE, Carl E.. *Viena Fin-de-Siècle*. Política e cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2007.

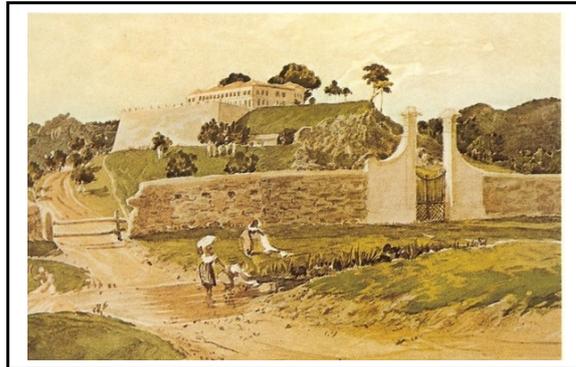
Imagens



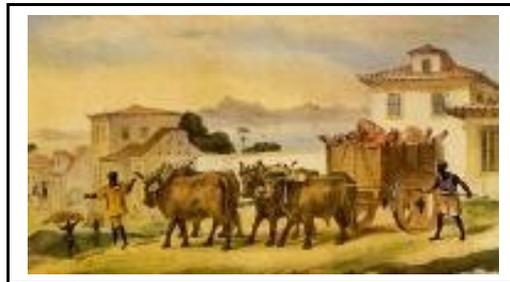
A boiada passando pelos arcos. “Arcos da Lapa”, Rio de Janeiro. Richard Bate, c. 1820.



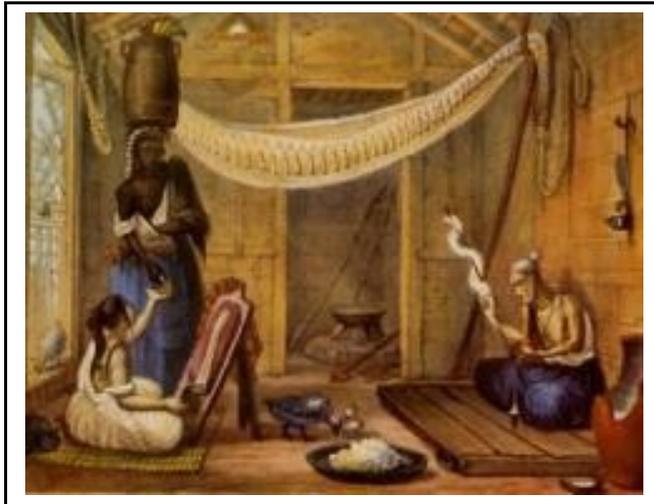
Eis outro destino dos bois: o Convento de Santo Antonio, repleto de árvores frutíferas em seu entorno. "Largo da Carioca", Rio de Janeiro. Nicolas-Antoine Taunay, c. 1816.



Uma casa de campo em Laranjeiras. "Casa de Campo do Sr. Fox", Rio de Janeiro. Emeric Essex Vidal, c. 1829.



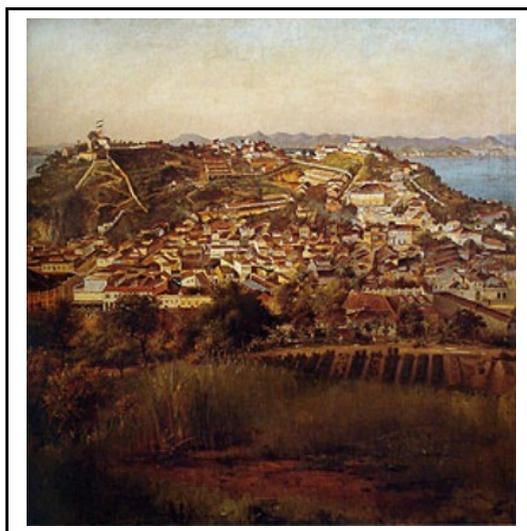
Bem no *centro* da cidade... "Tranporte de carne", Rio de Janeiro. Johann Moritz Rugendas, c. 1822/1825



Repare no número de aves no interior dessa casa urbana. Elas forneciam, com seus ovos, complemento indispensável da alimentação de muitas famílias pobres. “Família pobre”, Rio de Janeiro. Johann Moritz Rugendas, c. 1822/1825.



Se a venda de cabras no interior da cidade assombrava um Rugendas, imagine o efeito que isso provocava nas mentes, olhos e olfato das elites europeizadas da capital do início do XX. “Vendedor de alhos e cebolas”, Rio de Janeiro. Johann Moritz Rugendas, c. 1822/1825.



O número de hortas próximas e no interior do coração da cidade ainda é considerável... em fins do século XIX. “Morro do Castelo”, Rio de Janeiro. Victor Meirelles, c. 1885.

Notas

¹ Outro legado importante, embora negativo, desse universo rural ainda é visível em vários pontos do município. Ele pode ser facilmente observado por quem se dedique a visitar algumas localidades mais afastadas das zonas de ocupação urbana mais antiga, como centro, zona norte e zona sul. Trata-se das marcas da devastação e esgotamento causados ao solo pelas culturas da cana-de-açúcar e café em vários morros, outeiros, colinas, serras e suas encostas da zona oeste e da baixada de Jacarepaguá. Em algumas dessas elevações ainda são visíveis. Como não falar do exemplo – esse sim positivo - da Floresta da Tijuca, uma das maiores do mundo em perímetro urbano, e que nasceu de um empreendimento que tinha como propósito principal reflorestar uma enorme região devastada pela cultura do café, fazendo vir inclusive espécies da fauna amazônica.

² Uma interessante análise sobre como os discursos literários podem orientar e conformar práticas e vivências sociais - com base em autores como Edward Said e Frederic Jameson - é feita por LIMA (2002). Nunca é demais lembrar que ao contrário de hoje, não havia fronteiras bem consolidadas entre o jornalismo e a literatura. Muitos literatos da virada do século XIX, como Olavo Bilac, Aluísio de Azevedo, Coelho Netto, batiam ponto nas redações de inúmeros jornais da cidade. Sobre esse contexto ver SODRÉ (2007).

³ *Revista Ilustrada*, nº 616, 1891. p. 7.

⁴ *Revista Ilustrada*, nº 619, 1891, p. 2.

⁵ *Gazeta de Notícias*, 18/11/1900.

⁶ Citamos aqui dois importantes trabalhos que abordam a relação entre a construção de Posturas desses instrumentos normativos pela prefeituras municipais e a consolidação de elites políticas locais no final do século XIX: BOSI (2002) e PEREIRA (1998).

⁷ Ler a respeito RIBEIRO (1996); MOREIRA (1996); PECORELLI (1997); ANDRZEJEWSKI (2006).

⁸ *A Avenida*, 01/08/1903.

⁹ “Gazetilha”, *Jornal do Comércio*, 16/01/1904.

¹⁰ *Gazeta de Notícias*, 06/03/1903.

¹¹ V. também do mesmo autor a sua crônica intitulada “O Rio convalesce”, incluído na coletânea organizada por Antonio Dimas (1996). A noção de reforma urbana como ação pedagógica também aparece com força em Viena de fins do século XIX. Ler a esse respeito SCHORSKE (1990).